

O Progresso Catholico

REVISTA RELIGIOSA, SCIENTIFICA, LITTERARIA, ARTISTICA E NOTICIOSA

FOME NA IRLANDA

Eis a lista dos primeiros subsidios que foram remettidos a esta redacção para soccorrer as victimas da fome na Irlanda:

P.º Antonio Corrêa dos Reis Coelho	18500
P.º J. J. Senna Freitas	15000
P.º Joaquim José Alvares de Moura	25500
P.º Manoel Maria Teixeira	500
P.º José da Cunha Gonçalves	500
P.º Joaquim Pinto	500
P.º Francisco Sanches	500
P.º Alberto Rivière	500
P.º Francisco Alves de Carvalho	500
Somma	85000

(Continúa).

SUMMARIO

ABAIXO A ESTATOLATRIA! pelo P.º Senna Freitas.—SECÇÃO RELIGIOSA: *Poucas palavras sobre a polemica travada entre a «Nação» e a «Palavra»*, pelo P.º Senna Freitas (da *Palavra*). — *Reprodução mais correcta; Coisas*, por um vimaranense. —SECÇÃO SCIENTIFICA: *O Padre Felix e o artigo 7.º da lei Ferry*. 1.ª carta. — O CLERO NA CAMARA DOS DEPUTADOS: *Discurso de S. Rev.ª o Snr. Conego Alves Mathews na sessão de 20 de Janeiro, respondendo ao Snr. Rodrigues de Freitas*. — RETROSPECTO DA QUINZENA, por J. de Freitas.

GUIMARÃES, 29 DE FEVEREIRO

ABAIXO A ESTATOLATRIA!

I

O direito absoluto do Estado sobre o cidadão, e designada-

mente sobre a creança, é a these favorita da democracia revolucionaria e dos governos que se inspiram nos seus principios politicos.

D'ahi todos os manifestos em prol da instrucção obrigatoria, *leiga*, civil, etc., d'ahi o ridiculamente celebre artigo Ferry. Não se ousa ainda dizer ás claras que o que se quer é a instrucção materialista, athea, bem que o odio de toda ideia religiosa seja o ponto de partida de quejanda theoria.

Radicaes, demagogos, niveladores, nihilistas, percebem á la grande que o christianismo é uma rija armadura para a personalidade humana, e que nunca uma alma provida da luz christã, se abaixará ao nivel ignobil do radicalismo.

O que por elle se tracta de organizar é, bem o sabemos nós, a servidão dos homens honestos e a dominação da canalha encabeçada em canalhocracia, o que não é possível senão substituindo a educação verdadeiramente *liberal*, isto é, a educação livre e christã pelo que apraz ao radicalismo chamar instrucção *leiga* obrigatoria. E' que a educação livre só por si constituiria, em face de todos os demagogos, uma indestructivel aristocracia de virtude, que cedo ou tarde os havia de avassar. Logo importa subverter o que remanecce d'essa aristocracia, logo importa obstar á mão tente que ella subsista por mais tempo, impondo a todos a despotica obrigação da escola athea e materialista.

E' talvez a maior vergonha

do nosso tempo vêr as questões de educação, estas elevadissimas questões em que só deviam tocar os homens de remontada esphera litteraria e intemerata probidade, tractadas por individuos que não receberam quasi cultura alguma e cujo espirito jaz, por que assim o diga, apatulado debaixo da triplice crusta da ignorancia, da immoralidade, e da baixa genealogia.

Estes individuos que nem se pertencem, e cujas miserrimas paixões chegaram a eliminar n'elles o livre arbitrio, estes tribunos da ralé, assignantes perpetuos do club e da taverna do pé da porta, declaram e proclamam aos quatro ventos que os nossos filhos lhes pertencem. Curvemos a cabeça e adoremos as suas decisões...

Entonam-se em apóstolos dos direitos do Estado em materia de educação; pretendem que a alma da juventude deve ser fiada aos mestres elitos pelas suas municipalidades illitteratas, por operarios eivados d'um *boçalismo* estúpido, por clubistas odientos e apostados a expungir d'este mundo sublunar todas as distincções a que não podem aspirar, nomeadamente á... da virtude. Seria o mais degradante dos despotismos.

II

Fazemos mais do que repellir a doutrina da educação dirigida pelo Estado e no interesse do Estado, detestamos-a, temos-lhe horror. E' a mais anti-christã, a mais illiberal das doutrinas pedagogicas. E' a serodia

galvanisação d'um paganismo fossil, que roubava ao pai, á familia os sacratissimos direitos que lhe assistem e que nem lhe é licito alienar, para transportal-os ao Estado-Deus; que ia mais longe, que esbulhava o homem d'esta *res sacra*, chamada a pessoa humana, para fazer d'ella um movel do Estado, um trebelho de xadrez no jogo social e politico da republica.

E' sempre pessimo abalar a primeira base da sociedade, qual é a familia; tanto mais que a familia é a unica sociedade natural, ao passo que todas as outras são artificiaes, ou convençionaes. . .

O christianismo, alteando todo o nivel social, não podia deixar de altear a familia, rehabilitando-a e reintegrando-a no usufructo dos direitos primordiaes de que a desapossara a falseada legislação da Roma pagã, e portanto, deslocando o centro da auctoridade domestica para restituil-o ao pai. Desde essa data a familia principiou a ser um sanctuario, o pai uma autonomia, e o homem uma personalidade. O seculo XIX, inaugurador de glorias, mas tambem ressuscitador de archaismos, ressuscitou o nescio systema da antiga estatolatria romana, que absorve todos os *eus* no *Eu* despótico do Estado.

A razão, porém, de mãos dadas com o christianismo repulsa um similhante systema.

O cidadão que se dá livremente ao seu paiz, servil-o-ha melhor do que aquelle de quem o Estado se apodera á viva força e que soffre coactivamente a auctoridade da lei. O Estado não tem o direito de tomar senão aquelle que tem o direito de se dar, aquelle que já tem uma personalidade, uma liberdade moral. Cumpre que o homem pertença de primeiro a si antes de pertencer ao Estado. A creança não pertence á sociedade, pois por muito tempo não será uma

pessoa distincta; permanece até á sua completa formação, sob a tutela dos pais, dependendo d'elles como a flôr depende do ramo e da arvore até que o fructo madure, se torne idoneo a ser colhido, e se desprenda por si do pedunculo que o supporta.

Logo a creança pertence á familia; só o pai e a mãe tem direitos sobre ella, em quanto a sua idade infantil a retiver na companhia d'elles, e em quanto a sua razão e liberdade imperfeitas não poderem constituir-lhe uma personalidade distincta e livre.

A mais execranda das theorias em materia de educação, é, pois, aquella que traspassa ao governo os direitos da paternidade e pretende que os *filhos são do Estado*. Ora se o Estado tem *deveres* para com a creança, não tem *direitos* alguns sobre ella: deve, sim, ao filho menor como a qualquer cidadão e mais que a qualquer cidadão, a protecção necessaria para garantil-o de toda a violencia; mas não tem o direito de fazer d'elle seu discipulo e de lhe inocular uma doutrina da sua predilecção.

Estes direitos sobre o filho menor, recuso-os em nome da philosophia do direito a qualquer auctoridade que não seja a paterna. A mesma Igreja os respeita e só recebe a creança das mãos de seus pais sem ousar transpôr o lar onde se abriga a inviolabilidade domestica. E todavia a Igreja está para com o Estado como uma mãe para com um agente de policia ou para com um negociante de carne humana.

Toda a casta de servidões e de abjecções moraes derivaria do principio de que os filhos pertencem á sociedade, e de que o governo tem o direito de se intrometter na sua formação intellectual e moral. Em que viariam a parar, dada similhante

hypothese, os direitos da pessoa humana, do unico ente realmente existente perante Deus e perante a natureza? O Estado, o governo, a sociedade são abstracções; viva, real, eterna no Estado e na propria Igreja, só existe a alma humana.

Abaixo, por conseguinte, a Estatolatria!

As suas pretensões de absorpção podem sem duvida incarnar-se sob diversos nomes, podem chamar-se a revezes Gambetta, Raoul-Rigaut, Delescluze, Ferry, Paulo Bert: a revolução póde um dia apropriar-se dos nossos thesouros de amor, dos nossos filhos, para lhes extirpar do coração todo o sentimento religioso e todo o ideal. Mas espedaçando tudo entre suas mãos vandalias, tenha a certeza de que encontrará sempre de pé a resistencia das familias christãs, ou em França, ou na Belgica, ou na Italia, ou em Portugal, se o *ferreismo* transpuzer um dia as fronteiras dos Pyreneus.

Então a alma do meu paiz provará no brado da sua indignação que ainda não se extinguiu de todo, e responderá á audaz demagogia:—Não, não tomarás meus filhos; se um dia m'os arrancares só será decapitando-os, como o fizeste na patria de Marat e Danton.

III

Por ora entre nós, ainda a organização do conselho superior d'instrucção publica corresponde razoavelmente á natureza das attribuições do Estado em materia de ensino e ao regimen estabelecido pela concorrência. Não falsifica o direito, admite mais ou menos a liberdade. O nosso Estado apparece ainda como simples mandatario dos paes de familia, cercado dos representantes da sociedade e do ensino livre. E de feito, é a sociedade com todos os seus interesses que deve ser representada no

conselho superior d'instrucção publica, por isso que o Estado só ensina *por delegação* das familias, não tendo, como não tem, nem qualidade nem missão para instruir a juventude. Os seus direitos são emprestados.

Ora o novo projecto de lei, engenhado pelo ministro d'instrucção publica, Julio Ferry, falsêa esta organização natural e legitima. Arvora o Estado em *fonte unica* do ensino e em supremo distribuidor d'elle. O seu conselho cessa assim de ser o complexo dos interesses sociaes travados na grande questão da educação, é meramente um corrilho de especialidades professoraes. Desapparecem portanto todas as garantias religiosas, moraes, e juridicas para as familias, e não ha mais do que professores de diversos generos, de diferentes aptidões que podem compôr um bom *comité* pedagogico para a redacção de um programma de bacharelado, porém inaptos para formarem um conselho competente nas questões momentosas de religião, de moral, de direito etc.

O senado francez, apesar de n'elle rrear mais que soffrivelmente o senso commun, não sancionou, por ora, esse ignobil projecto que aspira á enthronisação do ensino leigo-atheu: oxalá que o senso commun do governo portuguez nunca lhe chegue a dar carta de naturalisação entre nós.

P.º SENNA FREITAS.

SECÇÃO RELIGIOSA

POUCAS PALAVRAS SOBRE A POLEMICA TRAVADA ENTRE A «NAÇÃO» E A PALAVRA»

Temos andado, ha muitissimo tempo, a fugir de exprimir o nosso profundo desgosto acerca da longa e tristissima polemica que o diario lisbonense, a *Nação*, tem travado com a *Palavra*, do Porto, e de ac-

centuar a nossa repulção pelo modo porque tem tractado certos vultos respeitaveis do nosso paiz e de fóra d'elle, bem como pela opposição que ha feito por vezes ás aspirações do movimento catholico portuguez.

Abstemo-nos de individualisar agora os motivos que pertinazmente nos faziam propender para o silencio que hemos guardado, e nos enfream a penna. A *Nação* que nol-os agradeça.

Hoje, porém, que a polemica descambou de todo para a diatribe d'escada a baixo por parte do referido jornal, nao podemos por mais tempo ficar mudos, sendo, como somos, *solidarios* do jornalismo religioso do nosso paiz. Seria *feito* assistir indifferentes a um coullieto, que, principiando por desnecessario, acabou por escandaloso e nocivo a grande causa em cuja defeza devemos todos unir-nos, porque a ella, como jornalistas catholicos, nos votamos.

Leal, amigavel, porém francamente protestamos contra o procedimento do nosso collega lisbonense. Poucas palavras nos bastam. São as primeiras e serao as ultimas (pensamos nós) que sobre a questão escreveremos. Por demais nos custa fazel-o, mas é força fazel-o.

A *Nação*, com os seus exclusivismos partidarios, com a sua intransigencia descabida, com o seu pouco escrupulo malinador, com as suas apreciações torcidas e omissas, com o seu estylo alcalino, com as suas invectivas de pé fresco, e, ultimamente, com as suas estradas descomposturas de betesga dirigidas contra uma folha catholica como o e a *Palavra* (que eu não pretendo innoceniar em tudo, mas que, ainda assim, é um jornal orthodoxo e respeitavel como o comprova a sua gloriosa historia de oito annos de existencia e de corajossissimo combate contra tantos adversarios de diferente divisa e nome), não so tem concorrido para a estagnação do movimento religioso no nosso paiz, a ponto de não ter sido possivel até hoje organisar-se um gremio, nucleo ou associação catholica em Lisboa (ao passo que no norte do paiz ha umas poucas), mas tem rebaixado a dignidade da imprensa religiosa portugueza, promovido a sizania entre os nossos, quando actualmente mais que nunca a união é necessaria, e escandalizado gregos e troyanos, amigos e inimigos, ultramontanos e liberaes, constitucionaes e legitimistas.

Não analyso, não quero analysar a equidade das razões que teem occasionado o debate do diario lisbonense com o portuense, porque só desejo cicatrizar feridas, não abril-as de novo. Retiro-me principalmente *ao modo* por que a *Nação* tem discutido, ou a *direcção* lamentavel que ha dado á polemica pendente; e arredando do meu juizo critico toda a influencia de qualquer natureza que poderia turvar-lhe a imparcialidade, sou obrigado a confessar que da parte da redacção da *Palavra* tenho encontrado, a despeito d'alguns senões, mais moderação de linguagem, mais nobreza de sentimentos, mais rectidão de dialectica e por consequente, menos espirito sophistico. Eis

o que entendo perante Deus e a minha consciencia.

Houve provocações hem dispensaveis da parte da *Nação*. . . Não importa. Discutisse-se embora, mas sem vir para o publico fazer exercicios de pugilato, e ler, em tom de leiloeiro, o rol da roupa suja.

Punge-me em extremo, e não só a mim como em geral a todos os catholicos imparciaes, que este desaguisado entre os dois campeões da mesma causa catholica continue sempre, e pareça até azedar-se mais e mais. Quando as grandes questões de principio permanecem intactas de parte a parte, para que dispender nas que são meramente politicas ou pessoases, e em todo o caso não capitães, o cartuxame que melhormente se poderia dispender contra os inimigos da Santa Egreja, contra os fautores do impio liberalismo, do protestantismo, do positivismo, etc., que por ali machinam á surdina ou as escaucaras? São estes que hão de esfregar as mãos de prazer, tornados expectadores gratuitos da guerra intestina ferida na nossa imprensa catholica. E em quanto bulhãmos, vão elles solapando a crença na sociedade portugueza!

Demais, depois das explicações satisfactorias, dadas pela *Palavra* sobre certos pontos ou capitulos da discussão, para que arrojare sempre á testada com o mesmo auto de delicto? Não comprehendemos bem.

Respeitamos a *Palavra*, como se respeita o soldado golpeado na refrega e victorioso, estimamol-a como se estima um camarada de campanha; veneramos a *Nação* como o decaão da imprensa catholica portugueza, e como o veterano encanecido nas luctas renhidas pelo seu Credo e pelo seu rei em trinta annos de serviço honrado. Não a veneramos só, prezamol-a pela homogeneidade das côres do seu pendão religioso, que como ella sustentamos no humilde periodico que redigimos. Para deixarmos de a prezar e estimar seria necessario que olvidassemos de repente que n'aquelles arcaes, sob aquelle estandarte, com aquella pleiade, nosso fallecido pae brandiu por muitos annos, em diversas emergencias, a sua arma de escriptor, puida no marmore do seu caracter integerrimo, das suas creugas estremes.

Não são estes precisamente os sentimentos que em nos imperam para depiorarmos que a *Nação* pareça agora renunciar ás suas gloriosas tradições historicas e rasgar os seus titulos nobiliarchicos para se perfilhar na arraia miuda, avizada aos plebeismos indigestos, aos apòdos jogados sob a inspiração de coleras assanhadas, n'uma palavra, para disputar primores de phrase aos barqueiros do caes do Sodré!

Formulamos pois aqui o desejo ardente de que a *Nação* se congrace uma vez para sempre com a *Palavra* e a *Palavra* com ella.

Reassuma o nosso prezadissimo collega de Lisboa o lugar de honra a que lhe dá direito a sua prioridade de existencia e os seus louros esforçadamente colhidos em um terço de seculo. Ressuscite o seu lemma e com elle a antiga

pujança, e a conspicuidade com que a sustentava, sem descer a hostilidades gratuitas, que tendem apenas a paralyzar o movimento ascensional do partido sinceramente catholico da nossa patria. Pomba-se ponto a polemica, dê-se treguas aos resentimentos da susceptibilidade offendida; aliás as mesmas causas continuarão a produzir os mesmos effeitos. A escarlatina da Nação e a variola da Palavra, como erupções contagiosas que reciprocamente se azeanham, provocarão arranhaduras cada vez mais raiuosas, que as deixarão a verter sangue.

O inimigo esta em frente de nós, impudente, ameaçador. Não malbaratemos tempo em brigar uns com os outros, voltemos unanimes as armas contra os adversarios da Igreja nossa mãe. A imprudencia dos soldados de Capua não merece imitadores.

Óxalá que os nossos votos surtam o resultado que anhelamos. Acompanhamos, estamos certos, os de todo o jornalismo catholico portuguez, e os dos homens serios de quaesquer matizes.

(Da Palavra.)

P.º SENNA FREITAS.

Reprodução mais correcta

A pedido do seu auctor reproduzimos aqui a nota 3.ª do artigo «Dous erros crassos ou dous equívocos», a qual veio da primeira vez assaz errada, tornando-se por vezes pouco intelligivel.

Depois de ter citado as seguintes palavras do diario catholico do Porto: «É claro que esse partido (o catholico) devia formar-se dentro das instituições vigentes, aliás sua acção seria improficua», palavras que, no sentir do illustrado articulista vimezanense, parecem denotar um certo exclusivismo politico, appõe elle a seguinte nota:

O sentido que attribuímos ás palavras transcriptas parece comprovar-se por outras palavras do mesmo artigo e pelas de muitos outros, exarados anteriormente no mesmo jornal, em que se manifesta um certo desprezo pelo principio de legitimidade politica, dando-se a entender ou que todos os governos são legitimos (o mesmo seria dizer que nenhuns o são), ou que os subditos não têm obrigação, ainda mesmo com a devida prudencia, de proclamar e defender os direitos do que é legitimo contra o que é usurpador. Assim: — «As nações têm os governos que merecem; — Deus serve-se dos maus para castigar seus crimes, e dos bons para premiar suas virtudes...; — Se os governos são bons, demos graças a Deus; se são maus, esforcemo-nos por merecel-os

melhores; — Aquelle que deu o imperio a Augusto, diz Santo Agostinho, esse o deu a Nero. (O Santo por certo não quiz affirmar o absurdo de que o governo legitimo e o illegitimo ou usurpador merecem sempre igual submissão; e o que disse, no sentido em que o disse, é verdade. Além disso, os dous imperadores romanos não veem nada a proposito para combater a doutrina da legitimidade applicada aos governos, da nossa epocha); — E' dever nosso dar sempre a Deus o que é de Deus e a Cesar o que é de Cesar. (Mas de um Cesar usurpador, havendo um Cesar legitimo, o que será, — no caso sobre tudo em que se possa prudentemente resistir ao primeiro e defender os direitos do segundo? . . . — Não querer admittir este caso em caso nenhum, parece-nos que é o mesmo que declarar-se pura e simplesmente revolucionario e liberal no peor sentido da palavra, e por conseguinte ferrenho anti catholico); — O officio de conspiradores pertence aos revolucionarios, o officio do catholico é muito outro. . . Eis a minha politica», etc., — verdades estas que podem ser e realmente são muitas vezes verdade inteiras, mas que no contexto parece terem só o alcance de meias verdades.

Se a isto accrescentarmos certas encuras, nem sempre justas e bem cabidas ao chefe do partido legitimista de França (que por demasiada honradez, na opinião de certos catholicos-liberaes do seu paiz, não se quiz declarar «rei legitimo da Revolução»), e ao de Hespanha (maltratado como todos sabem), além de certa má vontade contra este partido em geral, que por vezes se tem manifestado nas columnas da Palavra, achando-se não pequena dificuldade em admittir nas mesmas columnas a refutação, que talvez por isso mesmo nem sempre tem apparecido, — o sentido a que acima nos referimos parece accentuar-se mais.

Coisas

Um jornaleco socialista, que nem se precisa nomear, ficou muito contente porque o *Journal des Debats*, fallando do ultimo attentado contra o rei de Hespanha escreveu o seguinte:

«Voltando hontem o rei de Hespanha para o palacio, acompanhado pela rainha Christina, encontrou-se um homem que disparou dous tiros de revolver contra este rei de vinte e dous annos e esta mulher casada de dous mezes!»

«Uma casada tão criança!» exclama o orgão do nihilismo occidental,

sublinhando as duas ultimas palavras. «A indignação perturba-vos, — continua elle —; por favor, recobrae os sentidos!»

Sein deffender a phrase do neo-republicano «*Journal des Debats*», diremos com o «*Monde*», todavia comprehende-se; como igualmente se comprehende que uma tentativa de assassinato contra soberanos nada tenha que possa perturbar o jornaleco.

E' sabido que certos empregados machuchos da joven republica franceza, inclusive il *signor* Gambetta, estão cheios de zelo, querendo só elles distribuir todas as esmolas passíveis e imagináveis aos pobres, para que lhes não roubein a minima influencia alguns clericos, fazendo por si mesmos ou por pessoas de sua confiança a dita distribuição.

Ora vejam agora que desgraça! o Marquez de Salisbury, ministro dos negocios estrangeiros de Inglaterra, encontrando-se actualmente em França, perto de Diepe, e querendo dar uma esmola para os pobres, enviou 1.250 francos, não a commissão official, mas á Conferencia de S. Vicente de Paulo!

Recommenda-se aos gambetteiros de cá e di lá que tirem a moralidade do caso!

Um bom filho deste nosso Portugal, e de mais a mais *minhoto*, o rd.º ancião padre Victorino d'Almeida Portuguez, antigo Congregado da Missão, que teve o berço não longe do Collegio de Santa Quiteria, onde reside o nosso prezado director, acaba de enviar lá desses «confins do Oriente» — Macau — algumas avultadas esmolas, que nos consta terem já sido fielmente repartidas. Uma dellas (17,275 rs., producto de 20 patacas, — repetição do que tem dado nos annos anteriores, talvez desde 1864) foi ha poucos dias entregue na Nunciatura, em Lisboa, para o *Dinheiro de S. Pedro*. Deus lhê pague!

Este digno ecclesiastico, dotado de uma vasta erudição, bom prosador e até poeta, tambem se esforça por fazer propaganda dos bons livros e periodicos portuguezes n'aquella nossa remota e antiga colonia encravada na China, em que habita quiçá desde ha 60 annos, ou perto disso.

Prouvera a Deus, que Portugal creasse muitos e muitos filhos assim!

N'uma das ultimas reuniões dos cidadãos amnistiados da Communa parisiense, na Sala *Levis*, — reunião a que assistiram milhares de pessoas, tendo havido previos annuncios facciosos pelas esquinas, etc., com o que

nada se importou a sr.ª policia, — foram apresentadas duas propostas: 1.ª de serem «abolidos os Papas e os Padres»; 2.ª de serem todos queimados!»

Quando acabava de fallar o cidadão da 2.ª proposta, o digno presidente sahio-se com esta curiosa reprehensão dirigida aos dous imprudentes liberaes: «O que exprimis em alta voz já todo o mundo o pensa; é inutil que o digaes!»

De modo que, em quanto não vem a queima (os liberaes mais logicos e perfeitos — os communistas — são mestres em pôr fogo), vão-se distribuindo insultos, tiros e facadas. . .

Ainda hontem (13 de janeiro) vinham destes casos narrado nas gazetas (que não diziam ter sido o sacrilego assassino nenhum criminoso, mas um puro «maníaco», como tantos outros atacados desta enfermidade nos ultimos annos); e já hoje leio mais dous casos semelhantes, acontecidos nos ultimos dias, um na Sicilia e outro na Inglaterra. Na França gambetteira estes casos estão sendo quasi tão frequentes como na Italia garibaldina. Se nem sequer escapam os seminarios das «Missões Estrangeiras!». Nem isso admira: o mestre, o senhor, o governante universal do reino *Christianissimo* não exclamou e não fez exclamar ha pouco por todos os seus órgãos «reptis»: — *Le Clericalisme, voilà l'ennemie!*?

Os instrumentos materiaes não são os mais culpados. Por conseguinte não serão a elles tomadas as mais severas contas em que se terá de pagar *usque ad ultimum quadrantem*.

Vae homini illi per quem scandalum venit! As vozes do sangue innocente clamarão contra elle no dia solemne do *reddé rationem*.

O que se acaba de dizer nas ultimas linhas tambem se pôde appropriar aos que confessam ser o suicidio uma tal ou qual «mania que se propaga pe'a imitação». isto é pelo escandalo; mas que, apesar disso, vão propagando todos os dias o dito escandalo, e até levam muito a mal que os ministros das Igrejas não concorram para elle, e que os canones da mesma Igreja mostrem uma certa severidade verdadeiramente caritativa contra os miseraveis cobardes que se matam por sua propria mão.

Intelligenti, pauca. . .

Só a instrucção, desacompanhada da educação religiosa não faz diminuir os crimes, não senhores! *Cada escola que se abre não é uma cadea que se fecha, não senhores!* Tem-se provado nos

ultimos tempos até á evidencia com a auctoridade indescutivel das cifras. Quanto a Portugal, ahí temos a estatistica do insuspeito empregado publico o sr. Silveira da Motta. Quanto aos demais paizes, todas as estatisticas da Italia, da França, da Alemanha, dos Estados Unidos, da Russia, etc., que temos visto nos ultimos tempos, concordam em que os crimes augmentam espantosamente em gravidade e em numero, com especialidade entre os que sabem lêr e escrever. E' a «cauda da civilisação moderna» de que fallou Marcos Minghetti a 22 de junho de 1875! A tal «civilisação» trae seco un codazzo di delitti, di colpe (*Atti Ufficiali*. . . cit. no *Liberalismo Desmascarado*).

De regicidios e suicidios não ha que fallar. . .

Pelo que diz respeito a outros crimes, limitando-nos por hoje só á Italia e Alemanha, tendo diante de nós a «Unitá Cattolica» de 8 de janeiro. . . vejamos: — «Nas diversas cidades italianas os Procuradores da Coroa, inaugurando o novo anno juridico, estão todos de accordo em nos annunciarem augmento de delictos: *tutti d'accordo nel annunciarci un aumento di delitti*; — até entre os menores, provando assim a precocidade da corrupção *E' gravissima la cifra dei minorenni* (dos criminosos de menor idade), *che fa fede della precocità della corruzione*, dizia o Procurador da Coroa em Milão, segundo a liberal «Perseveranza» de 5 de janeiro. Em Turim e sua provincia — um augmento de 3:000 condemnações! — 1482 menores de 21 annos, 669 menores de 18, e 162 menores de 14! Dos 8,363 criminosos d'aquella provincia não chega á quarta parte o numero dos analfabetos (2106), quando, proporcionalmente deviam ser muitos mais, e muitissimos se fosse verdade o que dizem os fautores da instrucção athea.

«Nos tribunaes correccionaes foram apresentados muitos commerciantes, industriaes, artistas e uma não pequena cifra de empregados regios, etc.; poucos analfabetos. — *In tribunale si trovano gli imputati analfabeti in grande minoranza*. Note-se que do crime de furto apenas se descobriu pouco mais da terça parte dos criminosos!

«Em Roma, segundo o discurso que leu a 5 de janeiro o Procurador geral, Manfredi, sobre a administração da justiça em 1879, *si conferma pur troppo che il numero dei reati va aumentando* No districto da Corte o numero dos delinquentes passou de 12,000! Só os homicidios consummados chegaram á espantosa cifra de 262»

Se no tempo do dominio temporal

do Papa se commetterssem em Roma metade dos roubos, dos assassinatos, dos suicidios, que berraria por todo o mundo maçónico além! Reinando o liberalismo na capital do orbe catholico, ninguem admira, porque é natural o *codazzo della civiltà* (. . .).

Passando á Alemanha, *ei giornali tedeschi notano in Germania uno straordinario aumento di delitti*. Na Baviera, as condemnações augmentaram do anno de 1872 (229,725) ao de 1877 (395,909). — 166,224 No Wurttemberg, de 72 (7,987) a 77 (14,655), augmentaram 6,678. Em Baden, de 72 (12,811) a 77 (16,802) houve o não pequeno augmento de 3,991. Maior foi o da Saxonia, de 71 a 77, pois que de 23 526 subiu a 40,237 (differença, 16,711). Mas muito maior, e com razão foi o da Prussia (ou ella não fosse a patria do «primeiro liberal da Europa», do «grande Bismark», e o paiz do *Kulturkampf* e da instrucção universal e racionalista por excellencia!). Aqui, nos mesmos annos, os crimes contra a moral cresceram 294 por cento! Furtos com abuso de confiança, 200 por cento! Roubos, 184 por cento! Homicidios, 138 por cento! — Desapparece a simplicidade dos costumes e cresce sem medida o desejo dos prazeres.

A cifra dos crimes commettidos contra a vida d'outrem deve-se juntar (e vale quasi *parsi passu*) a dos suicidios. Estes, só na Prussia, de 71 (2723) a 77 (4448) quasi duplicaram, como se vê! Depois de terem saboreado as glorias da patria tedesca, livre, unida e potentissima, 4448 prussianos n'um só anno. . . suicidam-se!! (1)

Que tal! . . .

E agora o que nos dizem a isto, — a esta linguagem desalmada das cifras, os promotores e louvadores da civilisação moderna sem Deus nem Santa Maria?!

Silencio profundo!

UM VIMARANENSE.

(1) Vimos ha tempos uma estatistica proporcional dos suicidios na Prussia e n'outros paizes do Norte, relativamente aos crentes de diferentes religiões que ha n'esses paizes. Os catholicos, como é natural, são os que menos avultam n'essa luctuosa e horrenda estatistica. Os protestantes e os judeus, quasi todos *livres-pensadores*, são os que alli comparecem em primeira linha. Entre nós tambem são rarissimos os catholicos praticos que se matam. Ora isto diz muito.

SECÇÃO SCIENTIFICA

O Padre Felix e o artigo 7.º da lei Ferry

PRIMEIRA CARTA

Senhor ministro,

Approxima-se o momento em que vós vos preparaes para ver a realisação do que consideraes como o mais bello triumpho da vossa vida politica e como a gloria immortal do nome de Ferry: —a approvação da Camara alta á lei sobre o ensino e principalmente ao artigo 7.º, prohibindo ás congregações religiosas, não reconhecidas pelo Estado, a faculdade de ensinar. (1)

Este triumpho não vos parece divido; vós o esperaes anticipadamente, e já pareceis estar no goso d'elle Tendel-o annuciado á França, á Europa, ao mundo inteiro, com uma convicção e uma certeza só propria d'um propheta. Apesar de todas as opposições, a victima do artigo 7.º crêdes pertencer-vos já. Subis já com a frente radiante e o sorriso nos labios ao Capitolio de todas as glorias do presente; e ouvis de longe as gerações do futuro applaudir o grande homem de Estado que tomou resolutamente e conduziu a um bom desfecho uma iniciativa perante a qual tinham recuado os seus mais illustres predecessores

Apesar das manifestações da opinião publica em sentido contrario, manifestações tão imponentes e tantas vezes renovadas; apesar dos protestos unanimes de tudo quanto ha sobre o solo da França de mais honesto, respeitavel e verdadeiramente francez; apesar da espontaneidade e extensão de uma petição, quasi desconhecida na nossa historia parlamentar; apesar da harmonica reprovação de mais de metade dos jornaes da capital e das provincias; apesar dos votos manifestados pelos conselhos geraes; apesar da opposição que se tem levantado dos pontos mais extremos do mundo politico; apesar do descontentamento dos homens eminentes acostumados a reunir-se connosco sob o mesmo estandarte; apesar da sym-

(1) «Ninguém pode ser admittido a dirigir um estabelecimento de ensino publico ou privado, de qualquer ordem que seja, nem ensinar, desde o momento em que pertença a uma congregação religiosa não auctorizada.» Art. 7.º da lei Ferry, sobre a liberdade de ensino superior.

pathia das populações para com o ensino congreganista, determinada sobre tudo pelo conhecimento dos vossos designios liberticidas contra o mesmo ensino; n'uma palavra, apesar d'este immenso testemunho dos espiritos que brilha em volta dos vossos projectos para os desapprovar, repellir e condemnar; apesar de tudo isto, vós estaes determinado a sustentar até ao fim uma campanha contra as congregações religiosas em geral, e contra os jesuitas em particular. Estaes decididos; fizeste uma aposta; a approvação do vosso artigo 7.º é-vos precisa; está ligada a elle, com o vosso nome, a vossa honra, a vossa fortuna e alguns dizem a vossa pasta. Quereis vencer e triumphar a todo o transe; verdadeiramente não se póde ser mais ousado. E, como todo o homem onsado, annunciaes que não recuareis «nem um só passo»; não se póde ser mais intrepido. E logo accrescentaes «Em caso de necessidade saberemos expôr os nossos peitos aos tiros dos nossos inimigos»; não se póde ser mais heroico N'uma palavra, para vós o artigo 7.º é ou vencer ou morrer; é o *ser ou o não ser*; e, segundo parece, vós conheceis o oraculo do destino; este oraculo disse-vos: Vós *sereis* e vós *venceis*

E' verdade que tudo o que se passou recentemente e sobre tudo o ruido que se levantou por occasião da vossa marcha *triumphante* atravez das nossas populações é proprio para sobreexcitar o vosso ardor e exaltar as vossas esperanças. Pois n'estas excursões rapidas, que um publicista chamava *passeios de agitação*, não tendes ouvido as multidões fazer repetir aos echos das cidades e das collinas meridionaes este grito que passará á posteridade: *Viva o artigo 7.º, viva o artigo 7.º?* Como, depois ed uma tal demonstração, não contar com o triumpho da vossa causa? Como não ouvir n'esta voz do povo a voz de Deus?

Para fazer baquear todas as opposições do senado, de qualquer parte que appareçam e tenham o nome que tiverem, não tendes o mais poderoso dos argumentos, o argumento das votações *espontaneas*? A dar-vos credito, e como recusar o testimonho de um homem como vós, este cortejo d'ovação popular, era a França inteira que marchava atraz de vós e se precipitava sobre vossos passos exclamando com o povo: *Viva o artigo 7.º!*

Em vista d'isso, pergunto a mim mesmo não sem uma certa anciedade: Como poderão os nobres senadores não seguir a França que *vos segue*? E como não responderão á espontanei-

dade das ovações com a espontaneidade do voto? Como poderão enfim, resistir a Julio Ferry perante a França inteira que o acclama? Na verdade, os senadores poderão perguntar o que prova em favor do artigo 7.º, o grito de viva o artigo 7.º? Que tem de commum, poderão elles dizer, estas manifestações com as nossas deliberações? Que pensar, poderão accrescentar, d'um ministro auctor d'um projecto de lei, que vae pessoalmente de cidade em cidade a mendigar em favor d'esta lei as acclamações das multidões, e que tracta de fazer pesar as demonstrações das ruas sobre os votos da camara? Eis aqui o que os membros da augusta Assembléa poderão, ainda antes da discussão da vossa lei, oppor ao vosso argumento das *ovações espontaneas*.

E vós mesmo, sr. ministro, o que pensaes no intimo de vossa consciencia a respeito d'esta maneira tão desusada de demonstrar a legitimidade d'uma lei por vós apresentada? O que vêm fazer n'um semelhante debate manifestações, tão *espontaneas* que se ordenam d'ante não, se preparam e se organizam á vontade para o triumpho da causa?

Além do que, se este motim das cidades, se este gritar da população, se estes cantos da *Marselhesa*, provam alguma cousa a favor do sr. Julio Ferry e do seu artigo 7.º, não vos parece, sr. ministro, que a mesma agitação das cidades, os mesmos enthusiasmos da população e os mesmos cantos da *Marselhesa* provam ainda um pouco mais a favor do sr. Luiz Blanc e do seu programma socialista? Por quanto, diz-se que o sol da ovação Julio Ferry ficou amortecido algum tanto perante o da ovação Luiz Blanc e até perante o da ovação Blanqui. Assim quando estas soberbas personificações do socialismo que nos acommette se erguessem no alto das tribunas a lêr os seus programmas desordeiros e os seus manifestos de expoliação, que poderíeis responder-lhes? Não viram, como vós e mais que vós ainda, as multidões ardentes do Meio dia acclamar-os com um enthusiasmo muito mais espontaneo do que aquelle que se manifestou á vossa passagem? Que responderá pois o ministro a estes triumphadores novos quando quizerem dizer: «Vós védes, a França está connosco; ella deu ás nossas ideias e aos nossos programmas, pela explosão *espontanea* do seu enthusiasmo, a consagração d'um suffragio nacional»?

Aos que assim vos fallarem em nome das acclamações populares, responderéis sem duvida: O que prova isso? Que demonstram, direis, a fa-

vor dos programmas Blanc e Blanqui. as ovações feitas a todos os Blanc e a todos os Blanqui d'um radicalismo exaltado, d'um socialismo extravagante? E teréis razão; ou melhor, teréis mais razão que nunca.

E terão menos os senadores quando nos debates, que vão recommençar a respeito da vossa lei, perguntarem, o que provam a favor da lei Ferry as ovações ao seu auctor? O que pensa a tal respeito o sr. ministro?

E' mister pois que V. Ex.ª se prepare para apresentar aquella augusta assembléa outros argumentos que não sejam os estrepitos da rua, os gritos estrondosos da populaça. os cantos tu multuosos da *Marselhesa*; prepara sobretudo argumentos que provein mais que aquellas acclamações, tão gratas aos vossos ouvidos ministeriaes; *Viva o artigo 7.º*! Por quanto é bem de ver, que essas acclamações, tantas vezes repetidas, longe de demonstrarem aos nossos Senadores a justiça de vossa causa, vem collocar em toda a evidencia o perigo social que o artigo 7.º encerra, tornando-se por toda a parte o santo e a senha da impiedade e da demagogia, o grito de guerra, contra Jesus Christo, contra a sua doutrina, contra os seus servos, e, seja-me permittido dizel-o, um principio de guerra declarada contra a propria sociedade civil por esse mesmo socialismo que vós dizeis publicamente combater e desacreditar. Poderéis ignorar que essas multidões, que ouvistes em torno de vós gritando:— *Viva o artigo 7.º*—clamavam ao mesmo tempo:— *Viva a amnistia plena*—, e algumas vezes até — *Viva a communa*?

No meio do ruído que em torno de vós se fazia em Marselha, em Montpellier e Lião, quando os vossos ouvidos estavam patentes áquelle grito de acclamação que vos era tão grato, como é que tão cerrados os tinheis para não ouvir aquell'outros clamores que vos ameaçavam?

Foi a embriaguez do triumpho que vos impediu de reconhecer n'elles a voz das paixões que haveis sublevado? Estaries tão cego a ponto de não ver que os projectos que pretendeis realisar eram árras concedidas a esse socialismo que tanto vos assusta? Como pôde passar-vos despercebido que as manifestações ruidosas de que elles eram objecto, bem longe de prepararem o triumpho, não faziam mais do que despertar a seu respeito as mais serias apprehensões até entre os menos clericos e menos jesuitas dos nossos homens d'Estado?

Os nossos representantes porém na camara alta, n'uma questão tão grave, não são homens que se deixem ins-

pirar pelos echos repetidos das vossas ovações, por mais triumphantes e ruidosas que se supponham. No campo das luctas parlamentares que vão começar, muitos, e dos mais eminentes, vos esperam perfeitamente armados, promptos a dirigir seus golpes contra a vossa *immortal* peça legislativa e muito principalmente contra o famoso artigo que parece ter o duplo privilegio, de ser mais caro ao coração do sr. ministro e de desenvolver no coração dos povos o fermento das mais ruins paixões. O que elles poderão quando menos será por certo emprazar-vos a allegar as razões que motivam um projecto de lei no qual arriscais o futuro da França e zombais dos destinos da patria; é este o seu direito, este é o seu dever, e elles não renunciarão por certo ao seu direito, não transigirão com o seu dever.

E todos aquelles que se preparam para combater-vos a vós e á vossa lei, não são, estai bem certos d'isso, os inimigos de Julio Ferry nem do seu governo; nem todos trazem na frente o stigma de *clerical*, para vós tão odioso. Para repellir os seus ataques, vós não teréis nem ainda o facil recurso de denuncial-os como inimigos da Republica, e d'arremear-lhes ás faces, como argumentos irrespondiveis, os epithetos d'*auctoritarios*, *monarchicos*, *reaccionarios*, *conspiradores* e *facciosos*; porque entre os que se apparelham para a lucta ha liberaes ou revolucionarios declarados, republicanos leaes, cidadãos honestos e generosos, tão dedicados, e talvez mais ainda que o proprio sr. Julio Ferry, a esta mesma Republica, a este mesmo governo que, o sr. Julio Ferry está expondo a um evidente desar.

(Continúa).

O CLERO NA CAMARA DOS DEPUTADOS

Discurso de S. Rev.ª o Snr. conego Alves Matheus, na sessão de 30 de janeiro, respondendo ao Snr. Rodrigues de Freitas.

O sr. *Alves Matheus*:— Na ultima sessão pedi a v. ex.ª a palavra para responder a algumas proposições proferidas n'esta casa pelo sr. deputado Rodrigues de Freitas, e que são altamente affrontosas para o catholicismo, e para aquelles, que o professam. V. ex.ª, não obstante os meus rogos e as

minhas instancias para me conceder a palavra n'esse dia, entendeu, por motivos certamente justos, a que eu respeito, que não m'a podia conceder. Eu senti isso, porque apoz aquella provocação, que não sou exagerado em qualificar de insolita e extraordinaria no parlamento, a desaffronta immediata seria mais cabida e terminaria porventura este lastimavel incidente.

Deploro, que o illustre deputado, o sr. Rodrigues de Freitas, viva em um estado de irritabilidade permanente contra o catholicismo; e deploro-o, porque respeito s. ex.ª e consagro-lhe o muito affecto e a muita estima, que não pôde recusar-se a um talento tão primoroso, a um character tão honesto e a uma isenção tão nobre como é a de s. ex.ª. Sinto que s. ex.ª viva n'este estado pathologico, porque uma irritabilidade, qualquer que seja a sua causa, é sempre uma doença que incommoda.

Não sei, que necessidades de argumentação determinaram o illustre deputado a fallar aqui da infallibilidade papal e do dogma da Immaculada Conceição.

A proposito da lista civil e de uma questão de habilitação para a carreira militar, entendo s. ex.ª, que devia fallar com desacato e irreverencia de dogmas constitutivos da fé catholica.

O sr. *Rodrigues de Freitas*:— S. ex.ª dirige-se a mim? As suas primeiras palavras foram pronunciadas tão baixo, que não me foi possivel ouvir-as.

O *Orador*:— Dirigi-me ao sr. presidente, em primeiro lugar, como é meu dever e como determina o regimento; dirigi-me a toda a camara, e tambem a v. ex.ª

O sr. *Rodrigues de Freitas*:— Pergunto a s. ex.ª se se refero a palavras que eu proferisse n'esta casa.

O *Orador*:— Refiro-me, sim, senhor.

O sr. *Rodrigues de Freitas*:— Peço a palavra.

O *Orador*:— A missão do parlamento não é esta; a missão do parlamento é fazer leis, (*Apoiados.*) é discutir politica, é melhorar as finanças, é impulsar todos os melhoramentos materiaes e moraes, de que impende a civilisação do paiz; (*Apoiados.*) a missão do parlamento não é discutir dogmas, nem tratar de assumptos religiosos. (*Apoiados.*)

Disse o sr. Rodrigues de Freitas, que não era aqui representante do partido republicano, mas sim das idéas d'elle, porque o partido republicano não estava ainda organizado e forte em Portugal.

O illustre deputado é muito illustrado para carrear dos meus conselhos e avisos, mas parece-me que para for-

talecer e organizar o partido republicano em Portugal, alargar-lhe a área e grangear-lhe adhesões, não segue o caminho mais apropriado atacando os dogmas e as doutrinas da religião catholica, que é seguida pela quasi totalidade do paiz.

Eu entendo até, que o meio mais accommodado e efficaz de propaganda d'essas idéas era s. ex.ª, e todos aquelles que o acompanham, mostrarem pelas suas palavras e pelos seus actos, que os seus principios não são incompatíveis com os ensinamentos do catholicismo. E não são.

O illustre deputado, tão versado como é na historia, sabe que o catholicismo acompanhou desde a sua origem todas as transformações politicas e sociaes por que tem passado a Europa, e que elle se accommoda a todas as fórmulas de governo desde as mais rudimentares até ás mais livres e avançadas. (*Apoiados*)

Um dos mais graves erros commettidos pelo partido republicano em Hespanha, foi atacar do alto da tribuna parlamentar os dogmas catholicos e designadamente o da Immaculada Conceição. Sabe v. ex.ª o que o partido republicano conseguiu com isso? Foi fazer uma larga colheita de hostilidades e prevenções da maior parte da população de Hespanha contra aquella fórmula de governo.

Emilio Castellar não seguiu este caminho. O grande tribuno, cuja palavra eloquentissima tem assombrado o mundo, em todos os discursos em que se referiu ao catholicismo e á Igreja, tributou-lhes sempre as mais sinceras, brilhantes e esplendidas homenagens.

Ainda me lembro de um d'esses eloquentes e formosos discursos, em que o grande tribuno, referindo-se aos serviços prestados á religião pela igreja, na idade média, dizia que a sua tribuna tinha sido n'aquella quadra tormentosa a propugnadora do direito, o refugio dos opprimidos e a barreira do despotismo.

Emilio Castellar, assumido mais tarde ao supremo cargo de ministro da sua nação, proveu de bispos as sévagas da Hespanha. Arguido por este facto respondeu, que era ministro de um paiz catholico e que lhe cumpria respeitar as suas tradições e crenças e concorrer quanto estava na esphera das suas attribuições para que fossem satisfeitas as necessidades espirituas dos catholicos hespanhoes.

S. ex.ª conhece perfeitamente a historia dos Estados Unidos, a sua origem, as suas leis, a sua constituição e a maneira por que funcionam os seus parlamentos; sabe que as suas instituições politicas e sociaes são o producto, e por assim dizer a con-

substanciação do espirito de religião e do espirito de liberdade, e não ignora, que n'aquella grande nação, nem no parlamento dos estados, nem no congresso geral, ninguem ousaria levantar a voz para fallar com menos respeito das crenças dos seus concidadãos. É porque ali, sr. presidente, todos, sejam quaes forem as divergencias em materia religiosa, estão de perfeito accordo emquanto ao principio de que a religião, qualquer que seja a sua substancia, a sua manifestação e a sua fórmula, é essencial ao vigor e á manutenção das instituições republicanas. Ali a religião vê na liberdade o direito de não obedecer senão á lei na esphera politica, a vasta e agitada arena entregue por Deus ás investigações e aos labores da intelligencia humana. Ali a liberdade, lembrada das batalhas em que entrou, e dos martyrios, com que se ennobreceu, vê na religião a nobre companhia das suas luctas e dos seus triumphos, a primeira cidadella dos costumes, e nos costumes a primeira garantia das leis e o mais seguro abono da sua duração. Ali, em meio das mais profundas dissidencias religiosas, têm os homens politicos o maximo respeito pelas crenças dos seus concidadãos, e nenhum se abalança a lançar sobre ellas a desconsideração e muito menos o vilipendio. Admira, portanto, que o illustre deputado, conhecedor d'estes factos, se apresente aqui como representante e defensor dos principios republicanos, e devendo ser o primeiro a dar exemplo de respeito pelas crenças religiosas dos seus concidadãos, as viesse atacar aqui por uma fórmula tão singular e tão descabida.

Que diria o illustre deputado se inesperadamente eu devesse uma questão, o sem motivo justificado, levantasse a minha voz para combater as convicções de s. ex.ª n'um assumpto de historia, de philosophia, de chimica ou em qualquer ponto estranho ás discussões parlamentares? Que diria s. ex.ª se eu agredisse com palavras de irrisão e mófa os principios republicanos, que s. ex.ª sinceramente professa? Havia de indignar-se e protestar contra este procedimento, e estou convencido de que a camara havia de acompanhá-lo na manifestação d'este sentimento.

Entendo, que o acto do illustre deputado é um abuso do seu mandato, que lhe foi conferido para defender aqui, com o vigor da sua intelligencia e com a lucidez da sua palavra, os interesses nacionaes; mas não para impugnar as crenças religiosas do paiz. Nem os interesses nacionaes se fomentam e favorecem atacando essas crenças.

Mas, sr. presidente, o illustre deputado sustentou até que o parlamento era competente para discutir assumptos de indole pura e essencialmente religiosa, fundando-se para isso no § 14.º do artigo 75.º da carta constitucional, que diz o seguinte:

(*Leu.*)

Mas se o illustre deputado entende que o parlamento é competente para discutir assumptos de natureza religiosa, eu respondo a s. ex.ª que para discutir é necessario conhecer, e que um parlamento qualquer, por mais elevado que seja o seu nivel intellectual, não tem competencia nem habilitações, nem auctoridade necessarias para julgar com acerto, e para resolver com vantagem assumptos tão especiaes como são dogmas e artigos de fé; e se o fizesse desnaturava a sua missão.

O parlamento converter-se-ia em concilio, ou em escola de theologia, o s. ex.ª não lhe deu sómente a feição de concilio, quiz transformá-lo até em congregação de cardeaes, porque fallando do venerando varão Frei Caetano Brandão, disse que elle fôra homem de tão grandes virtudes que para si estava já canonizado. S. ex.ª que nega a infallibilidade ao papa, attribue a si prerogativas, que pertencem ao papa; fez papel de papa conferindo por auctoridade propria diploma de santidade a Frei Caetano Brandão.

Afigura-se-me, que a interpretação que o illustre deputado deu ao artigo 75.º da carta, não é admissivel, porque se o fosse a consequencia logica seria a seguinte: o poder executivo negava o beneplacito aos decretos conciliaes, ou constituições apostolicas, e em tal caso podia succeder que encontrasse resistencia á sua decisão; para a fazer acatar e cumprir precisava de empregar a coacção e a violencia; tinha de entrar no caminho da intolerancia e da perseguição, e a carta constitucional diz que ninguem pôde ser perseguido por motivo de religião.

Portanto a interpretação racional e verdadeira que deve dar-se áquelle artigo da carta, e a unica conforme ao pensamento do legislador é a seguinte: ao poder executivo e ás côrtes compete não sentenciar os dogmas da fé, mas tão sómente verificar, se n'esses documentos de procedencia ecclesiastica se contém materias disciplinaes ou doutrinas relativas a cousas temporaes, que possam significar uma invasão dos poderes do estado, ou um attentado contra os direitos da nação.

Sr. presidente, os dogmas não se

impõem (1); (*Apoiados.*) os artigos de fé não se decretam por alvarás. (*Apoiados.*) A consciencia humana é um sanctuario invulnervel. Não ha decretos nem beneplacitos, nem presções, nem bayonetas que possam invadir os dominios da consciencia ou arrebatá-lhe os direitos. (*Apoiados.*) Sabe o illustre deputado, que é mui lido e versado na historia, que os imperadores romanos publicaram muitos edictos, em que negavam beneplacito ao livre exercicio da religião christã, sabe que se valeram de supplicios, que requintaram torturas e levantaram cadafalsos, mas que tudo foi de balde.

Esse formidando colosso do imperio romano, que tinha por cimento o maior poder, que tem havido sobre a terra, teve de recuar, e de ceder diante de um poder mais forte, e invencivel; era o poder da liberdade, era o poder do direito, era o poder indomavel da consciencia humana

Com isto parece-me que tenho res pondido a outra proposição do illustre deputado quando affirmou que os cidadãos portuguezes não eram obrigados a acceitar, e acreditar os dogmas ultimamente definidos. Os cidadãos portuguezes que forem catholicos não reconhecem outro criterio, outra norma de suas crenças senão o magisterio e a auctoridade da igreja.

Por consequencia, logo que tenham conhecimento de que a igreja fallou, o seu dever é obodecer-lhe.

O illustre deputado, para justificar uma phrase que pronunciou aqui, quando chamou ao chefe da igreja pobre homem, disse que não reconhecia outra grandeza senão a de Deus, porque só elle era infinito.

Inclino-me reverente diante da grandeza de Deus, mas tributo tambem homenagem á grandeza do espirito humano. O espirito humano tambem é grande, porque tem subjugado as forças da materia, porque tem multiplicado os marcos da civilização, porque tem descoberto os arcanos da na-

(1) Esta phrase absoluta pódo dar lugar a algum reparo. O Estado não tem, sem duvida, o direito de impor dogmas, mas tem-no a Igreja, embora o não tenha por meio de coacção physica. Quando a Igreja proclama um dogma para os catholicos, não o proclama como uma verdade cuja admissão lhes seja deixada livre (aliás poder-se-hia dissentir d'um dogma *definido* e permanecer catholico), mas sim como uma verdade que impõe um vinculo moral á consciencia, e um acto de submissão á intelligencia.

A REDACÇÃO.

tureza, porque lá todos os dias irre cusáveis e esplendidas manifestações de que é, na esphera do finito, um reflexo e um traslado do poder e da grandeza de Deus

O illustre deputado fez verdadeira justiça ao actual o venerando pontifice quando disse que Leão XIII era um homem illustrado, cordato e conciliador. Effectivamente estes elogios o estas apreciações não são nem favor, nem exaggeração. O respeitavel ancião, que hoje se assenta na cadeira do supremo pontificado, allia a uma virtude eminente uma intelligencia illustradissima. E um dos factos, que mais abona a largueza do seu espirito e os seus sentimentos de conciliação é o de Leão XIII haver escripto, não ha ainda muitos dias, uma carta ao presidente do conselho de ministros da Belgica, em que affirma, que os catholicos belgas devem defender e sustentar a sua constituição politica que, como v. ex.^a sabe, é uma das mais liberaes de todas as monarchias do mundo. (*Apoiados.*) Invocou ainda o illustre deputado outros nomes illustres.

O seu discurso, se foi por um lado uma parenésis anti-catholica, foi por outro um verdadeiro agiologio. Citou os homens notaveis da nossa restauração liberal; ora eu respeito muito esses homens eminentes, porque deitaram abaixo os apodrecidos andaimes onde se firmava o velho absolutismo, e iniciaram as grandes reformas, em que assenta a nossa transformação economica e social; mas esses homens, D. Pedro IV, Mousinho da Silveira, Joaquim Antonio de Aguiar, que prestaram á liberdade serviços memoraveis, nunca proferiram, nem em conversações particulares, e muito menos nas assembléas politicas, uma palavra só, que podesse ferir, offender ou desconsiderar os principios e as doutrinas da religião catholica professada por este paiz.

Eu podia citar ainda outro nome, o do insigne patriarcha da liberdade, Manuel Fernandes Thomás, cujo nome é para mim a brilhante personificação da honradez mais intemerata e do mais acrisolado patriotismo. (*Apoiados.*)

Este homem illustre dizia, como me referiu um amigo meu, ha pouco fallecido — sou catholico; nunca seguirei outra religião. O que não quero é que me levem para o céu aos empurrões.

O illustre deputado não nos quer levar para o reino do céu, mas para o céu da sua republica, dando empurrões no catholicismo. Assim não me leva a mim, nem esta camara, nem o paiz.

O illustre deputado, para deprimir e desauctorisar o catholicismo, citou os

nomes de muitos homens, objecto de merecida veneração publica, como são fr. Bartholomeu dos Martyres e fr. Caetano Brandão, affirmando que ambos estes luminares da igreja portugueza se tinham mostrado algumas vezes, em linguagem e em seus actos, adversos ao catholicismo.

Admiro, que o illustre deputado, que conhece tão bem a historia, e que é muito escrupuloso em pontos de verdade, soltasse uma proposição d'esta ordem

Fr. Bartholomeu dos Martyres era um pobre e virtuoso frade, não gostava de pompas, nem de faustos, nem de grandezas; era estreito observante da pobreza da austeridade, e do desprendimento, e pedia a brados a reforma da igreja na sua cabeça e nos seus membros. Mas tanto elle respeitava o espirito da igreja e as doutrinas do catholicismo, que assignou as actas do concilio de Trento e collaborou em grande parte dos seus canones.

Fr. Caetano Brandão era um grande espirito e um grande coração, e tão grande, que ha trezentos annos se não senta nas cadeiras episcopaes d'esta terra um homem e um sacerdote de uma alma tão larga, de um caracter tão generoso, de um espirito tão esclarecido, e tão amante das melhorias e progressos da sua patria. Adiantando-se muito ás idéas do seu tempo, inaugurou em Braga as primeiras exposições agricolas e industriaes, que houve, não digo já em Portugal, mas no mundo. Estabeleceu o ensino profissional de bellas artes, que era uma completa novidade em Portugal; metteu peito a emprezas, que são a eloquente apologia da instrucção, do trabalho e da moralidade.

O illustre deputado referiu-se a uma conversação d'este exemplarissimo prelado com José Liberato Freire de Carvalho, que era frade beneditino liberal convicto e ardente adversario da nossa alliança com a Inglaterra, pelo que deve merecer as sympathias e bemquorenças do conhecido pseudonymo Thomé de Diu.

N'essa conversação, fr. Caetano Brandão o que fez foi censurar as annatas, foi exprobar as renuncias por dinheiro, foi reprehender com severidade muitos abusos, que havia no seio da Igreja, mas a severa condemnação d'estes abusos, feita já antes por homens eminentes e por catholicos fervorosos, não prova que elles deixassem de ser catholicos

Frei Caetano Brandão foi um catholico fideiíssimo nas suas palavras, nas suas prégãos, nos seus exemplos, nas suas virtudes, e nos institutos de instrucção e de caridade que

bisarramente fundou, e que são o maior e o mais bello monumento em que insculpiu o seu nome e exaltou a sua memoria. (*Apoiados.*)

O illustre deputado fez uma referencia a instituições e a factos dos annos da religião em Portugal, e affirmou que podia provar em alguns d'esses factos, que o catholicismo se tinha opposto ao desenvolvimento da civilização no nosso paiz.

Não sei a que instituições e a que factos s. ex.ª se referiu. Se elles são a negação flagrante da justiça, da caridade, dos sentimentos da humanidade e dos principios de civilização, não me faço cargo de os justificar e ainda menos de os louvar.

Mas o illustre deputado seria muito mais justo se a par d'esses factos, de que não é responsavel sómente o catholicismo (1) e o clero portuguez, senão todas as classes sociaes, (*Apoiados.*) citasse outros bons demonstrativos de que a religião catholica alguns serviços relevantissimos prestou a este paiz, porque debaixo da sua salutar influencia se fundaram as primeiras escolas em Portugal, se promoveu e diffundi a instrucção e o ensino das sciencias, e se abriram os estabelecimentos de caridade e beneficencia, onde a pobreza e a miseria tem encontrado até hoje refugio, soccorro e amparo. (*Apoiados.*)

O clero portuguez, tanto nos conselhos da monarchia, como nos campos de batalha, como nas missões do alem mar, e em todas as occasiões e em todos os logares, em que era preciso firmar a independencia do paiz, ou dilatar as glorias da patria, contribuiu sempre larga e generosamente com o seu esforço, com a sua palavra, com a sua abnegação e até com o seu proprio sangue! (*Apoiados.*)

Se é licito condemnar uma instituição, porque em nome d'ella se praticaram abusos, se commetteram attentados e se derramou sangue, poderei eu tambem, com igual direito, condemnar a republica, lembrando a

(1) O illustre orador parece admittir aqui que houve factos em Portugal de que foi responsavel o catholicismo, com quanto não só elle. Que o fossem alguns membros do clero portuguez, que o fosse o governo, admittimos, mas não podemos admittir que o fosse o catholicismo, quer se trate da questão de «christãos novos e christãos velhos», quer se trate de abusos de algumas ordens religiosas, quer se trate da famosa questão da Inquisição, ou d'outras semelhantes. Evidencia-o toda a Historia de Portugal, que tiver sido escripta com mais alguma sizerdeza que a do sr. Pinheiro Chagas. IDEM.

epoca tristissima de 1793, em que se fizeram em França as mais cruéis e sanguinolentas hecatombes Poderia memorar a epocha do Terror, em que um partido desvairado pela vertigem das paixões revolucionarias, não conhecia outro dogma senão a intolerancia, outro sacerdote senão o algoz, outro capitolio senão o estrado da guilhotina arregoado do sangue das victimas

Os abusos, que são uma resultante da ignorancia e das paixões, não são criterio seguro para se apreciar o valor politico ou moral de uma instituição; os abusos provam contra o homem, não provam contra as idéas e as instituições. (*Apoiados.*)

Fallou o illustre deputado em liberdade de cultos, e n'esta parte do seu discurso assignalou com o estigma de hypocrisia esteril ou repulsiva tudo ou quasi tudo o que ali existe em materia de crenças religiosas. Estranhei muito esta linguagem do illustre deputado!

Hypocrita um povo, que segue livremente ha sete seculos a religião, que tem direito a seguir; a religião que está vinculada aos feitos mais illustres e ás maiores glorias da sua historia!! Hypocrisia! Não ha necessidade de hypocrisia, porque não ha pavores nem queixumes resultantes de perseguições! (*Apoiados.*)

Vejo até o contrario; vejo que muitos se dispensam de ser catholicos, para tomarem a lastimosa liberdade ou licença de não professarem religião nenhuma.

Liberdade de cultos em paiz nenhum existe de uma maneira absoluta; nos proprios Estados Unidos não existe ella completa e incondicional, e a prova está nas repressões severissimas e inexoraveis, que ultimamente o governo d'aquelle paiz se viu obrigado a empregar para exterminar a seita perigosa e anti-social do mormonismo.

N'um paiz como o nosso, onde dois terços da população não sabem lêr, a liberdade de cultos é um ponto mais grave, e a sua adopção haveria de produzir serios conflictos e gravissimas perturbações.

Mas a igreja não teme, nem se arreceia com a ameaça da liberdade de cultos; o catholicismo livre e perseguido conquistou o mundo nos tres primeiros seculos da sua existencia; se o despotismo com as suas intolerancias e cruezas o não prejudicou, não póde o regimen da liberdade subvertel-o ou fazer-lhe grande mal, e talvez até esse regimen lhe fosse mais proveitoso; talvez a sua acção fosse mais fecunda, desprendendo-se de uma protecção que não é muitas vezes mais do que a oppressão disfarçada nas apparencias do favor e da benevolencia.

O catholicismo que resistiu a Ario e triumphou de Luthero, e não morreu ás mãos de Strauss, parece-me, que não treme, nem empallidece diante das aggressões do sr. deputado Rodrigues de Freitas.

Não se incomode nem se afadigue o illustre deputado; as palavras de s. ex.ª hão de passar, e o catholicismo ha de ficar.

Depois, o seio da liberdade é largo, é amplo, é generoso; cabem lá todas as crenças, cabem lá todos os homens de boa vontade, cabem todos os que quizerem exercer os seus direitos e cumprir os seus deveres.

Acabo agradecendo á camara a benevolencia com que me escutou.

Vozes: — Muito bem

Depois de terem fallado varios membros da camara, entre elles o sr. Rodrigues de Freitas, o sr. conego Alves Matheus continuou a fallar:

O sr. *Alves Matheus*: — Não abusarei por largo tempo da benevolencia da camara.

Começo por agradecer ao nobre ministro do reino as palavras de justiça que dirigiu a todos os membros do clero portuguez, e de benevolencia para mim, que tenho a honra de pertencer a essa classe; e direi a s. exc.ª, que os sacerdotes que têm assento n'esta casa, sendo fieis aos principios e aos dogmas da religião catholica, se não contradizem, nem deslustram pelo facto de pertencerem ao partido progressista, e hão de estar ao lado do governo para sustentarem com a palavra, e com o voto, todas as reformas politicas, todas as reformas administrativas e financeiras contidas no programma d'esse partido, (*Apoiados.*) porque estão intina e profundamente convencidos de que essas reformas não alteram, não offendem, nem ultrajam, no minimo ponto, as doutrinas da nossa religião. (*Apoiados.*)

Diz o sr. Rodrigues de Freitas, «que não queremos que a questão religiosa exista em Portugal, existindo ella em toda a parte, e que a consequencia que d'este facto se deve deduzir é, que Portugal é um paiz morto».

A questão religiosa existe em todos os paizes, existe tambem em Portugal; mas o terreno proprio para se tratar não é o parlamento. (*Apoiados.*) Existe na Belgica, na Inglaterra e nos Estados Unidos; mas debate-se nas conferencias publicas, e não nas assembleas politicas. (*Apoiados.*) Debate-se na imprensa, nas academias e nas escolas, e não ha parlamento algum, em que os representantes do paiz deixem de respei-

tar as crenças dos seus concidadãos. (Apoiados.)

Quer o illustre deputado, que as dissidencias religiosas tomem em Portugal o caracter que já tomaram na Allemanha? Quer fazer reviver entre nós as tristissimas epochas da guerra dos sete e dos trinta annos, que ensanguentou uma grande parte dos paizes do norte por causa do protestantismo?

Quando gosámos de uma paz inalteravel, e ha liberdade para todos os que quizerem discutir no logar proprio, parece-me inconveniente e perigoso levantar no parlamento tão graves e melindrosas questões, que podem desvairar o espirito publico e provocar grandes e funestissimas perturbações.

Disse o sr. Rodrigues de Freitas «que D. Pedro IV se queixava com amargura, em um documento publico, das demazias e abusos do clero»

Eu confesso que o clero portuguez, n'essa epoca calamitosa, a que se refere aquelle documento, não respeitou tanto quanto devia a sua augusta missão, e que atacou sem rasão, e muitas vezes de uma maneira a mais ultrajante, tanto a causa da liberdade como a da Senhora D. Maria II; mas não se deve d'esses abusos inferir conclusão alguma contra os principios da religião catholica, tanto mais quanto entre os membros do clero houve muitos, que combateram com as armas na mão, muitos que morreram nos carceres, alguns que foram fuzilados em Vizeu na praça dos Nerys, por serem adictos e leaes á causa constitucional.

E D. Pedro IV era sinceramente catholico. Lembro-me ainda de lêr que, ao despedir-se d'este mundo, em que deixava vinculada a liberdade e salvo o throno de sua filha, pediu que lhe cingissem ao pescoço um crucifixo, e com a maxima devoção beijou a imagem sacrosanta do divino Libertador da humanidade.

Disse o sr. Rodrigues de Freitas «que os conventos atrophiam a instrucção, e foram um tropeço á marcha da civilização em Portugal». Mas o que a historia nos diz é que foram os conventos os primeiros que abriram as escolas publicas, tanto de instrucção elementar como de instrucção superior, e nos legaram nas suas bibliothecas thesouros de erudição valiosissimos, e que por um estudo perseverante a cultura intellectual e o adiantamento das sciencias foram ali poderosamente promovidos.

N'esses tempos produziam-se livros e obras monumentaes sobre todos os ramos da sciencia; hoje publicam-se folhetos e opusculos. As collecções das

cartas e memorias, que sobre a India, a China, e o Japão, escreveram os padres portuguezes, são devidamente apreciadas no mundo scientifico, e até procuradas com avidéz, pelos sabios das nações estrangeiras, porque n'aquelles preciosos escriptos se encerram noticias e esclarecimentos de grande valia ácorca da geographia, e dos costumes dos povos orientaes.

Disse o illustre deputado, que «uns frades ignorantes e mal intencionados quebraram e fundiram os instrumentos astronomicos de Pedro Nunes». Mas que conclusão quer deduzir d'este facto? Tem havido em todos os tempos não só ignorantes, senão tambem homens com nomeada de sabios, que, com a escuréz de muitos erros e preconceitos, prejudicaram as sciencias. Em contraposição á inepcia e á bruteza dos frades, que não comprehendiam a applicação e o valor dos instrumentos astronomicos de Pedro Nunes, posso eu lembrar o nome illustre do padre Séchi, que era mathematico de primeira plana, e que descobriu um instrumento astronomico muito apreciado pelos homens de sciencia.

Podia encarecer os merecimentos do padre João de Loureiro, que escreveu sobre a Flora da Cochinchina, e cujo escripto contém paginas excellentes e copiosas de informações e descobertas muito proveitosas para a botanica. Foi a biographia d'este distincto naturalista escripta pelo sabio e honrado pae do illustre ministro da fazenda e meu estimadissimo amigo o sr. Barros Gomes.

Disse o illustre deputado, que «só agora é que o catholicismo pretende amoldar-se ás idéas e ás instituições liberaes». Peço licença para dizer, que não é verdadeira esta proposição. Podia provar o contrario com exemplos deduzidos da historia da Inglaterra e da Suissa. Como fallei, ha pouco, nos Estados Unidos, mostrarei, com o exemplo da grande republica americana, que desde a data da sua independencia, e desde que ella constituiu o seu organismo politico, os catholicos, sendo os mais fervorosos em sua fé, formaram a parte mais republicana e democratica da nação, dando-se a singular circumstancia de serem os feis mais submissos e ao mesmo tempo os cidadãos mais independentes.

Não tomarei mais tempo á camara.

Respeito o talento do illustre deputado o sr. Rodrigues de Freitas; acredito, fiado nas suas declarações, que a sua intenção não fosse ultrajar os sentimentos catholicos do paiz; todavia de tal modo foram as suas palavras proferidas, que poderiam ser interpretadas como um desacato, e como um desprezo por esses sentimentos e por essas crenças! Se o illustre deputado quer,

como é seu direito, que respeitem as suas opiniões politicas e os seus principios religiosos, tem primeiro que tudo a rigorosa obrigação de respeitar tambem as crenças dos outros. (Apoiados.)

Tenho concluido.

RETROSPECTO DA QUINZENA

SUMMARIO :

O amor do Papa pela sciencia ; como Este gasta o dinheiro — Tres documentos comprovantes da avareza dos paizes ; e um da sua ignorancia e pouco amor ao trabalho ; e mais um das maroteiras das irmãs de caridade — Um baile original ; considerações a proposito — (1) sr. Marquez de Vallada a querer o que Roma não quer. — O sr. dos N.V. a defender os interesses dos comediantes em pleno parlamento ; tambem fallou de cortiza, em conselho.

O amor que Sua Santidade professa pelas sciencias, pelas artes e pelas letras é d'ha muito bem conhecido de todos, mesmo d'aquelles que menos prezam o Vigario de Christo na terra; mas vem agora confirmal-o o seguinte facto, que encontramos no periodico «La Aurora», de Roma:

«Sua Santidade acaba de adquirir muitos e variadissimos documentos, d'uma preciosidade pasmosa, para os archivos do Vaticano. Entre elles ha cartas originaes e ineditas do cardinal Farnezio, Sfrondati, Palo e de varios padres do Concilio de Trento, assim como de muitos outros personagens illustres por santidade e saber, como S. Pio V, S. Carlos Borromeo e outros. Ha tambem, entre estes documentos uma preciosa collecção de cartas que illustram a historia ecclesiastica dos seculos XVI, XVII e XVIII.»

E' assim que os Papas gastam o dinheiro, AS SOMMAS ENORMES COM QUE OS CATHOLICOS SUSTENTAM AS DEMAZIAS DE ROMA!

Vejamos agora em que o governo revolucionario de Roma gasta o dinheiro que contra sua vontade faz pagar ao pobre povo:

Segundo affirma o «Catholic Standard» de 17 de janeiro, a Academia das Sciencias de Turim offerceu 12 mil lras a Darwin, o homem que descobriu o que os sabios de todo o mundo e de todos os tempos não haviam descoberto—que o homem descende em linha recta do macaco.

Confrontem os leitores e digam qual sabe melhor gastar as sommas enormes que recebe do povo.

Os padres são d'uma avareza espantosa! E' uma cousa que espanta, e em vista de tanto amor ás riquezas, não admira que sejam tantos os seus inimigos.

Ora vejam os leitores até onde os leva essa seda insaciavel de dinheiro.

1.º DOCUMENTO QUE PROVA O QUE DEIXAMOS DITO :

O Papa Leão XIII, sabendo que a fome pairava sinistra por sobre a Irlanda, enviou para ali dois contos de reis.

2.º DOCUMENTO QUE PROVA O QUE DEIXAMOS DITO:

A subscrição aberta na secretaria eclesiastica de Valencia, em beneficio dos inundados chegou a perto de QUATRO COMTOS DE REIS!

3.º DOCUMENTO QUE PROVA O QUE DEIXAMOS DITO:

O revd.º parochio de Falset repartiu pelos pobres a quantia de 3 mil duros, QUATRO COMTOS E QUINHENTOS MIL REIS, que lhe sahiram na loteria!

A' vista disto, tem ou não a Revolução carradas de razão para odiar estes *meliantes*?

E' dar-lhe para a frente! Acabai com tanta *patifaria*!

Quanto a ignorancia, isso, leitores amigos, são os verdadeiros focos da mais crassa de todas as ignorancias. Ora vede:

O celebre presbytero Moigno concebeu uma das mais arrojadas tentativas—fazer investigações no fundo do Mar Vermelho, para adquirir as provas do grande acontecimento que Moysés conta, e cuja data se remonta a mais de tres mil annos.

Se tal empresa se levar a cabo, o seu exito será uma das maiores provas a favor da historia sagrada e das mais concludentes demonstrações da authenticidade e veracidade do que Moysés referiu, assim como será tambem a mais brilhante refutação ás objecções pelas quaes a philosophia moderna se esforça em apresentar a Biblia em contradicção com as novas descobertas.

Aquelle ecclesiastico calcula que as despesas a fazer com essas investigações não poderão exceder a 300.000 francos.

O resultado de semelhante empresa, quer se considere pelo lado archeologico, quer em abono da fé revelada; é razão mais que sufficiente para se não desistir na presença das despesas que hajam de fazer-se.

Os objectos encontrados não serão vendidos, mas colleccionados n'um museu onde os modernos sabios de todos os paizes poderão observal-os para se convencerem da verdade.

E' uma das mais importantes noticias que um illústrado jornal estrangeiro nos dá.

Ora agora leitores, se quereis saber de quanto são capazes as irmãs da caridade, e do muito que fazem para merecer as justas iras da Revolução lede o que encontramos n'um jornal hespanhol:

Alla dias entrarem enfermos no hospital de Toledo dois jovens protestantes, francez um, e outro italiano.

As irmãs da caridade, empregaram para com elles todas as graças, todos os cuidados que costumam dispensar a todos os infelizes que cahem na enxerga do hospital.

Os doentes, abismados em meio de tanta abnegação, de tanta caridade, fitavam os olhos nos rostos ternos e meigos d'aquelles anjos que os tratavam e concluíram que só a religião que ellas professavam podia crear taes mulheres. E d'aqui o pediram para ser catholicos.

Era domingo. A igreja de Santa Leoca-

dia abria-se para dar entrada a uma multidão espantosa de povo, avida de assistir a tão comovente cerimonia.

Foram padrinhos os revd.º D. Buenaventura Pizcueta, e D. Bartolomé Felim, catedratico do instituto.

Quando chegou o momento de se abraçarem nos circunstantes, como prova de que eram irmãos, a commoção entre o povo, que enchia a igreja, foi indiscriptivel.

Depois seguiu-se a missa a grande instrumental, havendo sermão, etc. etc.

Foi uma festa que deixou a alegria em muitos corações.

Maior alegria seria a das irmãs da caridade, que sob a estanhina do pobre habito, deviam sentir pular de contentamento seus corações.

Mas é por causa d'estas *maroteiras* que a Revolução as não quer!

No meio dos dissolutos costumes em que se acha abismada a actual sociedade, é agradável a noticia que encontramos n'um jornal ácerca d'um baile offerecido pela rainha de Inglaterra.

Eit-a:

«O que n'este momento mais alimenta a curiosidade em Inglaterra é o baile que por ordem da rainha Victoria se vai dar ao principe de Galles, em Malbrou-House. Só se convidarão pessoas legalmente unidas por vinculos matrimoniaes, e os maridos só poderão dansar com as suas esposas.

Este baile original, ideado pela rainha, tem por fim fortalecer os vinculos matrimoniaes e reconciliar oficialmente os principes, princezas e varios titulares dos quaes se suspeita que não conservam entre si boas relações. Sob pena de incorrer no desagradado real, ninguém podera eximir-se de assistir; e o principe e a princeza de Galles, para dar o exemplo, dansarão juntos toda a noite, o que não tornou a acontecer desde o baile da boda em 1863. Convivialam-se tambem alguns personagens do continente.»

A não serem assim os bailes, julgamol-os d'uma immoralidade sem limites. Isto d'um homem ver a mulher abraçada em outro homem a *pinotear* pela sala, deve ser de causar as maiores colicas que jámais se hajam esprimentado! E a mulher, ao ver o homem que adora, por quem tem esse affecto que toda a mulher deve ter para com o homem com quem se uniu, ao vel-o, enlaçado nos braços d'outra mulher, talvez segredando omores em meio do bolicio do baile, como estará, que de raivas se não acrenderam em seu peito, que desejos não tera de que finde o vertiginoso *trotar* para ver o marido despreendido dos braços da mulher, que, ainda que sua amiga, deve forçosamente odiar?

Bem haja a rainha de Inglaterra! Bem haja!

Na camara dos pares o Marquez de Vallada fallou largamente ácerca da confirmação do sr. dr. Ayres de Gouveia para Bispo do Algarve. Parece que S. Ex.ª se esqueceu dos direitos que cabem a Roma de indagar com o maior escrupulo se os bispos eleitos pelo governo são ou não

dignos do alto cargo para que são indigitados. •

«O govesno, diz o sr Marquez de Vallada, tem obrigação de empregar todos os seus esforços para que esta questão seja resolvida satisfatoriamente, porque a nomeação está feita, e o sr. D. Ayres de Gouveia não pôde ficar eternamente bispo eleito, sem obter a devida confirmação.»

Não pôde ficar eternamente bispo eleito? Essa não é má! Então se o Papa não reconhecer no sr. Dr. Ayres de Gouveia as qualidades necessarias para ser bispo, e não o confirmar, que se hade fazer? Mandará Portugal os seus exercitos a Roma para obrigar o Papa a fazer a confirmação? Ora sempre o sr. Marquez de Vallada tem cousas!

O que o governo deve fazer é nomear outro, e não lhe fica mal, porque até a escolha pôde ser mais honrosa. Isto de se fazer um padre para ser logo bispo, não sei o que parece...

Na sessão de 4 de fevereiro, na camara dos deputados, o sr. Antonio Ennes chamou a attenção do governo, em nome dos comediantes de todos os theatros de Lisboa, para o prejuizo que aos mesmos cau-aria a lei que manda sellar os bilhetes dos theatros.

Podera! Se o sr. NN não havia de ir á camara tratar uma questão tão importante!

Pagar selo os bilhetes que dão entrada para os theatros, para essas casas onde se dá ao povo a *solida instrucção*? Isso não pôde ser! Hade obrigar-se a pagar mais alguns reaes o que for ver, por exemplo, os LAZARISTAS, o drama do sr. NN, que tem por fim mostrar as *poucas vergonhas* dos padres, das filhas de Maria, e quejandas butarias? Nada, nada. Os theatros que-rem-se até de graça, porque de graça deve ser a *instrucção*. Os impostos devem recabir no azeite, no pão, e em tudo aquillo que o pobre povo gasta todos os dias; e se não dinheiro que chegue, morra de fome: enquanto nos theatros se palmejam as produções dos mais *afamados escriptores*, taes como o sr. NN.

E' para defender os interesses dos comediantes que o povo paga ao auctor dos *Lazaristas*? Queu foi que escolheu um tal deputado? Não sabemos, que terra representa o *citado auctor*, se não davamos-lhe os parabens.

O mesmo *citado auctor* já em outra sessão se havia occupado de um outro assumpto importante.

Fallara sobre cortiça! Vê-se que o homem não é feliz na escolha das questões e por isso não pôde brilhar.

Porque não apresenta o sr. NN uma proposta de lei, que *obrigue* as empresas de todos os theatros do paiz, a levar a scena uma vez cada semana o seu drama os *Lazaristas*? Porque não hade o governo e a representação nacional animar a industria do paiz?

Anime-se sr. NN. — que não faltará quem diga: apoiado!

J. DE FREITAS.